

Ofício CONASEMS 0373/2022

Brasília/DF, 13 de maio de 2022

Senhor  
**Marcelo Queiroga**  
Ministro de Estado da Saúde  
Brasília – DF

**Assunto:** Desabastecimento de medicamentos injetáveis.

Prezado Senhor Ministro,

Até o momento não obtivemos resposta por parte do Ministério da saúde do Ofício no 0176/2022, e considerando o tempo percorrido, a situação relatada pelos gestores municipais é que as dificuldades na aquisição destes medicamentos têm se agravado, passando a ser uma situação generalizada em todas as unidades federativas.

Além das irregularidades de abastecimento de medicamentos de aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde (Componentes básico, estratégico e especializado da RENAME), os medicamentos injetáveis de uso hospitalar e pré-hospitalar como Dipirona Sódica 500mg/mL, Neostigmina, Ocitocina, Aminoglicosídeos (Amiicacina e Gentamicina), Imonuglobulina Humana e mais recentemente, solução de cloreto de sódio (soro fisiológico) tem sido reportado com extrema dificuldade de garantia de estoque, além da elevação dos preços praticados

Os serviços já reportam dificuldades em manter o funcionamento uma vez que estes medicamentos são essenciais e o seu desabastecimento representam um sério risco a vida.

O setor produtivo de medicamentos justifica as irregularidades apresentando um conjunto de situações que estão relacionadas ao cenário atual do mercado nacional como: impactos na logística de importação após a pandemia da COVID-19, o atual *lockdown* na China, e recentemente os conflitos entre Rússia e Ucrânia, impactando na disponibilidade de produtos, IFAs (Insumo Farmacêutico Ativo) e componentes para a fabricação de medicamentos (ex. embalagens). Soma-se a isto a elevação no padrão de consumo destes e outros medicamentos que que sobrecarregaram a produção e desestabilizaram o mercado nacional. Alguns produtores relatam que esses problemas são pontuais, o que não confere com as informações recebidas dos nossos representantes regionais.

Até o momento, o que foi noticiado e comunicado pela imprensa nacional enquanto resposta do ministério da saúde não atende o real contexto vivenciado, nos gerando preocupações adicionais, e por isso temos a destacar:

- Os estabelecimentos e secretarias de saúde não estão reivindicando recursos financeiros, mas sim a disponibilidade destes medicamentos no mercado nacional para que os mesmos possam efetivar seus processos aquisitivos;
- O Conasems tem buscado o diálogo com o setor produtivo na perspectiva de estreitar canais de comunicação para aproximar os fabricantes dos compradores e tentar mitigar os riscos de desabastecimentos, porém no contexto atual, isso não é suficiente, é preciso uma atuação coordenada de estado;
- Apenas liberar os preços destes medicamentos, atende as reivindicações do setor produtivo, mas pode ter efeito apenas paliativo;
- Se não houver uma regulação efetiva dos preços, corre-se o risco de legitimar um patamar de preços inadequados ao mercado e insustentáveis para o SUS;
- A curtíssimo prazo faz-se necessário avaliar a situação junto aos produtores de forma estratégica e com poder de regular a produção e impedir a descontinuidade de comercialização de itens essenciais; como também mapear se há alternativas terapêuticas, se essas alternativas têm disponibilidade no mercado nacional;
- Avaliar o suprimento do mercado brasileiro com aquisição internacional;
- retomar a agenda da ciência e tecnologia com uma política de ciência e tecnologia efetiva;
- Por fim, dimensionar a capacidade produtiva no país, e, incentivar o parque produtivo nacional com foco nos itens de alta essencialidade.

O SUS provou ser capaz de dar respostas a sociedade, mas para isso são necessárias ações coordenadas. Desta forma o Conasems solicita ações urgentes deste Ministério da Saúde para a garantia do acesso e a oferta regular e sustentada dos medicamentos no SUS.

Cordialmente,

Com cópia:

**Daniel Meirelles Fernandes Pereira**  
Secretário Executivo do MS



**Wilames Freire Bezerra**  
**Presidente do CONASEMS**